

ESP-UNESP-FACUL.CIENCIAS LETRAS-C.ARARAQUARA

Termo de Referência 16/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	102304-ESP-UNESP-FACUL.CIENCIAS LETRAS-C. ARARAQUARA	MARIANA FERNANDES GARCIA	16/06/2026 15:15 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	27/2026	529/2026-FCL/CAR

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de **Materiais elétricos**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	<p><u>Fio Cabo de 1,5 mm Preto (flexível).</u></p> <p>Cor: Preto</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 1,5mm²</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p>	631001	Rolo 100 metros	06	R\$ 190,00	R\$ 1.140,00

		<u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u>					
2		<u>Fio Cabo de 1,5mm Azul (Flexível)</u> Cor: Azul Seção Nominal do Condutor: 1,5mm ² Tensão nominal: até 450/750V Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis) Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C Antichama, classificação BWF-B Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul <u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u>	631000	Rolo 100 metros	06	R\$ 172,30	R\$ 1.033,80
3		<u>Fio Cabo de 1,5 mm Vermelho (Flexível)</u> Cor: Vermelho Seção Nominal do Condutor: 1,5mm ² Tensão nominal: até 450/750V Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis) Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C Antichama, classificação BWF-B Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul <u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u>	631003	Rolo 100 metros	03	R\$ 185,90	R\$ 557,70
		<u>Fio Cabo de 2,5 mm Preto(Flexível)</u>					

4	<p>Cor: Preto</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 2,5mm²</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	265370	Rolo 100 metros	15	R\$ 251,79	R\$ 3.776,85
	<p><u>Fio Cabo de 2,5 mm Azul (Flexível)</u></p> <p>Cor: Azul</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 2,5mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	261625	Rolo 100 metros	09	R\$ 253,99	R\$ 2.285,91
	<p><u>Fio Cabo de 2,5 mm Verde (Flexível)</u></p> <p>Cor: Verde</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 2,5mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole,</p>					

6	<p>encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	261626	Rolo 100 metros	09	R\$ 271,17	R\$ 2.440,53
7	<p><u>Fio Cabo de 2,5 mm Vermelho (Flexível)</u></p> <p>Cor: Vermelho</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 2,5mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	261629	Rolo 100 metros	05	R\$ 255,21	R\$ 1.276,05
8	<p><u>Fio Cabo de 4,0 mm Preto (flexível)</u></p> <p>Cor: Preto</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 4,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p>	264386	Rolo 100 metros	10	R\$ 444,09	R\$ 4.440,90

1		<p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>					
	9	<p><u>Fio Cabo 4,0 mm Vermelho (Flexível)</u></p> <p>Cor: Vermelho</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 4,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	329878	Rolo 100 metros	10	R\$ 444,09	R\$ 4.440,90
	10	<p><u>Fio Cabo de 4,0 mm Verde (flexível)</u></p> <p>Cor: Verde</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 4,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	261621	Metro	40	R\$ 4,30	R\$ 172,00

11	<p><u>Fio Cabo de 6,0 mm Preto (flexível)</u></p> <p>Cor: Preto</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 6,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	344927	Rolo 100 metros	1	R\$ 550,00	R\$ 550,00
	<p><u>Fio Cabo de 6,0 mm Azul (flexível)</u></p> <p>Cor: Azul</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 6,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	416518	Rolo 100 metros	1	R\$ 593,00	R\$ 593,00
	<p><u>Fio Cabo de 6,0 mm Amarelo (flexível)</u></p> <p>Cor: Amarelo</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 6,0mm²</p>					

	13	<p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	416521	Metro	125	R\$ 6,90	R\$ 862,50
	14	<p><u>Fio Cabo de 6,0 mm Verde (flexível)</u></p> <p>Cor: Verde</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 6,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	416520	Metro	35	R\$6,80	R\$ 238,00
	15	<p><u>Fio Cabo de 10,0 mm preto (flexível)</u></p> <p>Cor: Preto</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 10,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p>	333324	Rolo 100 metros	1	R\$ 1.174,86	R\$ 1.174,86

	<p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>					
16	<p><u>Fio Cabo de 10,0 mm verde (flexível)</u></p> <p>Cor: Verde</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 10,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p> <p>Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul</p> <p><u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u></p>	333471	Metro	40	R\$ 11,99	R\$ 479,60
17	<p><u>Fio Cabo de 16,0 mm preto (flexível)</u></p> <p>Cor: Preto</p> <p>Seção Nominal do Condutor: 10,0mm²</p> <p>Tensão nominal: até 450/750V</p> <p>Condutor de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento Classes 4 e 5 (flexíveis)</p> <p>Isolamento em Policloreto de Vinila (PVC) do tipo PVC/A, para temperatura máxima de 70 °C</p> <p>Antichama, classificação BWF-B</p>	416522	Metro	150	R\$ 16,90	R\$ 2.535,00

		Normas: NBR NM-247-3 e NBR NM-280 da ABNT /Mercosul <u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u>					
	18	<u>Cordão Paralelo 2x1,5mm</u> <u>Branco</u> Condutor: Fios de cobre têmpera mole, classe 5 (ABNT NM 280). Isolação: PVC termoplástico tipo PVC/D. Normas Aplicáveis: NBR NM 280 e NBR NM 247-2. Tensão Nominal: 300/300V. Temperatura Máxima: 70°C. Extraflexível: Sim, indicado para fácil manuseio e instalação. Uso: Residencial, ligação de equipamentos e máquinas portáteis. Certificação: INMETRO <u>Marca: Cobrecom, Sil, Lamesa ou Corfio.</u>	352670	Rolo 100 metros	03	R\$ 438,20	R\$ 1.314,6
	Total						R\$ 29.312,20
	19	Refletor Led Bivolt 110V / 220V 100 W 6500K	633424	Unidade	10	R\$ 42,54	R\$ 425,40
	20	Refletor Led Bivolt 110V / 220V 300W 6500K	472306	Unidade	08	R\$ 95,00	R\$ 760,00
	21	Refletor Led Bivolt 110V / 220V 200W 6500K	624054	Unidade	08	R\$ 62,13	R\$ 497,04

2	22	Refletor Led Bivolt 110V / 220V 50W 6500 K	470263	Unidade	10	R\$ 30,85	R\$ 308,50
	23	Refletor Led Bivolt 110V / 220V 400W 6500 K	616919	Unidade	8	R\$ 96,40	R\$ 771,20
	24	Refletor RGB Bivolt 50W colorido	634762	Unidade	5	R\$ 55,79	R\$ 278,95
	25	Luminária Led Bivolt 110V / 220 V ip67 400W	460785	Unidade	16	R\$ 132,90	R\$ 2.126,40
	Total						R\$ 5.167,49
3	26	Plug Macho 10A	614591	Unidade	10	R\$ 8,50	R\$ 85,00
	27	Plug Fêmea 10A	614045	Unidade	10	R\$ 11,20	R\$ 112,00
	28	Tomada para Condulete para Espelho retangular 40mmx 23mm Padrão "N" 10 A	636406	Unidade	100	R\$ 11,60	R\$ 1.160,0
	29	Tomada para Condulete para Espelho redondo padrão "N" 20A	614339	Unidade	100	R\$ 11,90	R\$ 1.190,00
	30	Modulo Tomada 2P+T 20A 250V Baixa N 57115038 Branca <u>Marca:</u> Tramontina	350738	Unidade	60	R\$ 5,96	R\$ 357,60
	31	Modulo Tomada 2P+T 10A 250V Baixa N 57115030 Branca <u>Marca:</u> Tramontina	460995	Unidade	115	R\$ 7,20	R\$ 828,00
	32	Modulo Interruptor Simples Baixo Branco 10A 250 V N 57115010 <u>Marca:</u> Tramontina	483583	Unidade	65	R\$ 11,20	R\$ 728,00
	33	Módulo Interruptor Paralelo <u>Marca:</u> Tramontina	617244	Unidade	5	R\$ 10,40	R\$ 52,00
	34	Módulo Tomada 2P+T 10A 250V Branco N 615040 <u>Marca:</u> Pial <u>Linha:</u> Pial Plus	460995	Unidade	50	R\$ 24,58	R\$ 1.229,00
	35	Módulo Interruptor Simples 10A 250V N611000 <u>Marca:</u> Pial <u>Linha:</u> Pial Plus	483583	Unidade	50	R\$ 20,50	R\$ 1.025,00

	36	Placa 1 Posto Horizontal <u>Marca:</u> Tramontina <u>Linha:</u> Liz	416467	Unidade	50	R\$ 6,18	R\$ 309,00
	37	Placa 4x2 com 2 postos Horizontais <u>Marca:</u> Tramontina <u>Linha:</u> Liz	335486	Unidade	120	R\$ 4,99	R\$ 598,80
	38	Tomada RJ 45 Macho Conectar Keystone cat 6	290052	Unidade	300	R\$ 18,90	R\$ 5.670,00
	39	Tomada RJ 45 Fêmea Conectar Keystone cat 6	351066	Unidade	165	R\$ 23,00	R\$ 3.795,00
	40	Caixa de sobrepor (surface box) C/ 2 Saídas + 2 Keystones Cat6 Rj45 Branco	406218	Unidade	20	R\$ 54,00	R\$ 1.080,00
	41	Tomada com Rabicho Tubular para lâmpada Tubular	402150	Unidade	250	R\$ 11,60	R\$ 2.900,00
	Total						R\$ 21.119,40
4	42	Lâmpada Led 100W Bulbo E 40	600028	Unidade	62	R\$ 107,07	R\$ 6.638,34
	43	Lâmpada Led E 27 40w	468578	Unidade	50	R\$ 28,30	R\$ 1.415,00
	44	Lâmpada Led Tubular 20W	468628	Unidade	400	R\$ 14,08	R\$ 5.632,00
	45	Lâmpada 12W - E 27	446036	Unidade	1	R\$ 14,73	R\$ 14,73
	46	Lâmpada 18W - E 27	614454	Unidade	8	R\$ 34,79	R\$ 278,32
	47	Lâmpada 24W - E 27	436984	Unidade	5	R\$ 46,60	R\$ 233,00
	48	Lâmpada 80W - E 27	617343	Unidade	8	R\$ 99,27	R\$ 794,16
	49	Paflon 24W 30X30 de Embutir	601349	Unidade	40	R\$ 31,45	R\$ 1.258,00
	50	Paflon 24W 30X30 de Sobrepor	620604	Unidade	40	R\$ 31,30	R\$ 1.252,00
	51	Drive 24W para Paflon	607595	Unidade	40	R\$ 11,42	R\$ 456,80
	Total						R\$ 17.972,35
	52	Alicate amperímetro	623915	Unidade	2	R\$ 349,00	R\$ 698,00
		Adaptador DVI – HDMI Com entrada DVI e saída					

5	53	HDMI. Conectores: DVI macho x HDMI Fêmea; Ponta Banhada; Pinagem DVI: 24+1	389986	Unidade	10	R\$ 19,28	R\$ 192,80
	54	Kit tubo termo retrátil Material: Poliolefina resistente; Diâmetros variados; Cores variadas; Quantidade mínima de 530 unidades, com caixa organizadora;	614607	Unidade	3	R\$ 81,12	R\$ 243,36
	55	Soprador térmico quente Acompanha: 1 Bocal plano, 1 bocal de desvio, 1 bocal de ponta e 1 bocal de deflexão. Potência máxima: 2.000 W Número de estágio do soprador térmico: 03 estágios (130 W; 1.000 W; 2.000 W) Temperatura: 50°C / 350°C / 550°C Segue norma: IEC 60335-1 e IEC 60335-2-45 Tensão (V): 220 V Frequência: 60 Hz	359050	Unidade	2	R\$ 204,42	R\$ 408,84
	56	Estação de carregamento USB 10 portas	626237	Unidade	1	R\$ 308,03	R\$ 308,03
	Total						R\$ 1.851,03
6	57	Resistência de parede para torneira. <u>Marca: Hydra</u> <u>Modelo: Puravitta</u>	600989	Unidade	5	R\$ 52,00	R\$ 260,00
	58	Ventilador de parede 60cm c/5 pás	612241	Unidade	6	R\$ 320,00	R\$ 1.920,00
	59	Ventilador pedestal	270123	Unidade	6	R\$ 226,70	R\$ 1.360,20
	60	Chuveiro elétrico 6000W 220v resistencia blindada. <u>Marca: Lorenzetti.</u>	441645	Unidade	5	R\$ 396,89	R\$ 1.984,45
	Total						R\$ 5.524,65
	61	Conduíte PVC Flex 3/4"	334034	Metro	270	R\$ 3,00	R\$ 810,00
	62	Conduíte PVC Flex 1"	398477	Metro	30	R\$ 4,00	R\$ 120,00
	63	Conduíte 1" 1/2	322856	Metro	500	R\$ 4,15	R\$ 2.075,00

7	64	Cruzeta metálica para poste 2"	431802	Unidade	5	R\$ 305,00	R\$ 1.525,00
	65	Soquete p/ lâmpada tubular T8	414605	Unidade	200	R\$ 1,50	R\$ 300,00
	66	Abraçadeira p/ lâmpada tubular T8	236312	Unidade	500	R\$ 0,99	R\$ 495,00
	67	Conector tipo Wago 3 fios 32A 600V faixa de bitola de 0,8mm² a 4mm²	601188	Unidade	100	R\$ 5,90	R\$ 590,00
	68	Conector tipo Wago 2 fios 32A 600V faixa de bitola de 0,8mm² a 4mm²	601188	Unidade	100	R\$ 4,15	R\$ 415,00
	69	Barra de Sindal de 1,5	394680	Unidade	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
	70	Barra de Sindal de 2,5	394679	Unidade	20	R\$ 15,36	R\$ 307,20
	71	Passa fio com alma de aço com 20 metros de comprimento	311862	Unidade	4	R\$ 31,56	R\$ 126,24
	72	Fita Isolante Antichama Material: PVC Autoextinguível; Comprimento x Largura: 20m x 19mm; Espessura: 0,13 mm; Cor: Preta; Tensão máxima suportada: até 750V; Temperatura máxima de funcionamento de até 90°C.	419864	Unidade	51	R\$ 24,62	R\$ 1.255,62
	73	Fita Veda Rosca	629223	Unidade	60	R\$ 9,67	R\$ 580,20
	Total						R\$ 8.799,26
8	74	Disjuntor 10A - monopolar	344844	Unidade	4	R\$ 15,66	R\$ 62,64
	75	Disjuntor 10A - bipolar	421691	Unidade	1	R\$ 43,96	R\$ 43,96
	76	Disjuntor 16A - monopolar	347605	Unidade	2	R\$ 22,38	R\$ 44,76
	77	Disjuntor 16A - bipolar	622251	Unidade	1	R\$ 41,96	R\$ 41,96
	78	Disjuntor 20A - monopolar	452693	Unidade	1	R\$ 21,20	R\$ 21,20
	79	Disjuntor 20A - bipolar	621981	Unidade	4	R\$ 42,82	R\$ 171,28
	80	Disjuntor 25A - monopolar	484197	Unidade	1	R\$ 24,20	R\$ 24,20
	81	Disjuntor 32A - monopolar	452698	Unidade	1	R\$ 18,65	R\$ 18,65
	82	Disjuntor 32A - bipolar	623126	Unidade	3	R\$ 46,71	R\$ 140,13

	83	Disjuntor 40A - bipolar	621979	Unidade	7	R\$ 46,81	R\$ 327,67
	84	Disjuntor 60A - tripolar	616744	Unidade	2	R\$ 195,99	R\$ 391,98
	85	Disjuntor 80A - tripolar	616962	Unidade	1	R\$ 218,00	R\$ 218,00
	Total						R\$ 1.506,43
9	86	Interruptor Diferenciais Residuais (IDR) - Tetrapolar 63A	474324	Unidade	3	R\$ 209,99	R\$ 629,97
	87	Interruptor Diferenciais Residuais (IDR) - Tetrapolar 80A	410178	Unidade	1	R\$ 284,90	R\$ 284,90
	88	DPS classe II - 275V - 45KA	398994	Unidade	16	R\$ 62,00	R\$ 992,00
	89	Contator 12a bobina 220v	352845	Unidade	4	R\$ 153,84	R\$ 615,36
	Total						R\$ 2.522,23
Total							R\$ 93.775,04

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência. **O fornecedor deverá apresentar o catálogo dos produtos.**

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.3.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.3.2.1. O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.3.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição

estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização. O contrato ou instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4 O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. Fundamentação Técnica e Operacional

Uma universidade é um ecossistema complexo que exige energia ininterrupta e segura. A fundamentação baseia-se em:

- **Continuidade das Atividades Acadêmicas:** Sem materiais como lâmpadas, reatores, cabos e disjuntores, as salas de aula e auditórios tornam-se inutilizáveis, interrompendo o cronograma de ensino.
- **Segurança Predial:** O desgaste natural (fadiga de material) e a carga elevada do sistema exigem reposição constante para evitar curtos-circuitos, sobrecargas e princípios de incêndio, garantindo a integridade física de alunos e servidores

2.2. Descrição da Necessidade

A necessidade deve ser descrita de forma a demonstrar que a ausência do material gera um prejuízo maior que o custo da aquisição.

Manutenção Preventiva e Corretiva

A universidade possui uma área física extensa. É necessário um **estoque mínimo** de materiais de consumo (lâmpadas, tomadas, interruptores) para reparos imediatos, evitando que pequenos problemas escalem para falhas sistêmicas.

Modernização e Eficiência Energética

Instituições públicas e privadas têm o dever de buscar a sustentabilidade. A compra de materiais modernos (como luminárias LED e sensores de presença) justifica-se pela **redução do custo fixo** na conta de energia elétrica a médio e longo prazo.

Atendimento a Normas Regulamentadoras

A aquisição é necessária para adequar as instalações às normas técnicas vigentes, como a **NBR 5410** (Instalações Elétricas de Baixa Tensão). O descumprimento dessas normas pode levar à interdição de prédios pelos órgãos de fiscalização (Corpo de Bombeiros).

3. Descrição da solução como um todo

3.1. Segurança de Pessoas e Patrimônio

Universidades possuem alta circulação de alunos e equipamentos caros.

- **Prevenção de Incêndios:** Materiais de qualidade (cabos antichama e disjuntores precisos) evitam curtos-circuitos, que são a principal causa de incêndios em prédios públicos.
- **Proteção de Equipamentos:** Estabilizadores, DPS (Dispositivos de Proteção contra Surtos) e aterramento correto protegem computadores, microscópios eletrônicos e servidores de dados que custam milhões.

3.2. Continuidade das Atividades Acadêmicas

Uma falha elétrica não interrompe apenas a lâmpada; ela para a universidade.

- **Laboratórios de Pesquisa:** Muitos experimentos científicos dependem de refrigeração ou estufas 24h. Uma falha por material de má qualidade pode destruir anos de pesquisa.
- **Ambiente de Aprendizado:** Ambientes bem iluminados e com climatização funcional são essenciais para a concentração e o conforto térmico de alunos e professores.

3.3. Eficiência Energética e Redução de Custos

A conta de energia é um dos maiores gastos fixos de uma instituição de ensino.

- **Tecnologia LED e Sensores:** A compra de materiais modernos reduz o consumo em até **50% a 70%** em comparação a sistemas antigos.
- **Manutenção Preventiva:** Comprar material de reposição correto evita o "custo do retrabalho", onde a equipe de manutenção precisa trocar a mesma peça várias vezes por ano.

3.4. Modernização Tecnológica

As universidades modernas exigem uma infraestrutura elétrica robusta para suportar o mundo digital.

- **Conectividade:** Tomadas em salas de aula para notebooks, infraestrutura para roteadores Wi-Fi e laboratórios de informática exigem cabeamento estruturado e pontos de energia estáveis

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Eficiência Energética: Os materiais elétricos devem ter selo de eficiência energética, preferencialmente com classificação "A" pelo Procel ou similar, contribuindo para a economia de energia e redução do impacto ambiental.

4.1.2. Materiais de Origem Sustentável: Sempre que possível, priorizar a compra de materiais que tenham origem em fontes renováveis ou recicláveis, ou que utilizem processos produtivos com menor impacto ambiental.

4.1.3. Certificações Ambientais: Exigir que os materiais possuam certificações de sustentabilidade, como ISO 14001, que garantam o cumprimento de práticas ambientalmente responsáveis na produção e distribuição.

4.1.4. Redução de Resíduos: Optar por materiais elétricos cuja embalagem e componentes possam ser reciclados ou tenham processos de descarte adequados e ambientalmente corretos.

4.1.5. Baixa Emissão de Poluentes: Priorizar a aquisição de produtos que possuam baixa emissão de gases tóxicos ou que utilizem tecnologias menos poluentes, durante a sua fabricação e no seu uso.

4.1.6. Apresentação de Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL e do o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE pelo Decreto no 11.413, de 13 de fevereiro de 2023. Em caso de não possuir, poderá ser aceito uma declaração de implantação de logística reversa e reciclagem de embalagens de transporte utilizado.

Marcas e Modelos aceitas

4.2. Marcas e modelos indicados: na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com artigo 41, inciso I, alínea "d" devido a necessidade de esclarecimento da qualidade exigida ser melhor transmitida pelas marcas de referência do mercado e em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.

4.2.1 Item 1: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.2 Item 2: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.3 Item 3: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.4 Item 4: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.5 Item 5: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.6 Item 6: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.7 Item 7: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.8 Item 8: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.9 Item 9: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.10 Item 10: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.11 Item 11: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.12 Item 12: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.13 Item 13: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.14 Item 14: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.15 Item 15: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.16 Item 16: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.17 Item 17: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.18 Item 18: marcas COBRECOM; LAMESA; MEGATRON OU SIL.

4.2.19 Item 30: marca: Tramontina.

4.2.20 Item 31: marca: Tramontina.

4.2.21 Item 32: marca: Tramontina.

4.2.22 Item 33: marca: Tramontina.

4.2.23 Item 34: marca: Pial. Linha: Pial Plus.

4.2.24 Item 35: marca: Pial. Linha: Pial Plus.

4.2.25 Item 36: marca: Tramontina. Linha: Liz.

4.2.26 Item 37: marca: Tramontina. Linha: Liz.

4.2.27 Item 57: marca: Hydra; Modelo: Puravitta.

4.2.28 Item 60: marca: Lorenzetti.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.

Da exigência de amostra(s)

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos itens referentes ao Grupo 1 (itens 1 a 18).

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço Rodovia Araraquara-Jaú, Km.1, Bairro: Campus Ville, CEP 14800-901, Araraquara/SP, no prazo limite de 05 (cinco) dias, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Diâmetro de cobre

4.9.2. Diâmetro de Isolamento e material

4.9.3. Classe de Encordoamento;

4.9.4. Tensão de Isolamento

4.9.5. Flexibilidade;

4.9.6. Certificação Inmetro e Norma NBR 6148;

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Endereço para entrega: **UNESP - Faculdade de Ciências e Letras/CAR, Almoxarifado (Prédio da Administração, Sala 29), Rodovia Araraquara-Jaú, km. 1, Campus Ville, Araraquara-SP, CEP 14800-901.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III);

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV);

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º. da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 04 de novembro de 2022, c/c o Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117 /1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea "d" da subdivisão anterior será realizada também quanto ao seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.15. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

8.16. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive

aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.22. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.25. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS;

8.26. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação econômico-financeira

8.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;

8.28. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Outras comprovações

8.29. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição federal;

8.30. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.30.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.30.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.30.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.30.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 93.775,04

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 93.775,04 (noventa e três mil, setecentos e setenta e cinco reais e quatro centavos)**, conforme custo apostado na tabela apresentada no item 1.1. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara;

II) Fonte de Recursos: Tesouro Unidade;

III) Programa de Trabalho: 12.364.4807.5304;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.90; 3.3.90.30.51; 3.3.90.30.52; 3.3.90.30.54;

V) Plano Interno: não se aplica, a Unesp classifica a despesa até o nível da atividade.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Araraquara - SP, 12 de junho de 2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE LUIZ MEM

Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:11:29.

DARIO GUILHERME PESSOA DE AZEVEDO

Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 15:15:14.

LILIAN FRANCISCO

Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 15:50:00.

GUILHERME CORREA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 16:09:09.

ARTUR ARTHUR DELBON

Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:02:39.